

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - EDITAL Nº 337/2019

RESPOSTAS AOS RECURSOS

Disciplina  Língua Portuguesa

Noções Básicas da Administração Pública

Conhecimento Específico

Cargo:

Nº da Questão	Opção de Resposta por extenso	Parecer da Banca	Deferido ou Indeferido	Questão anulada ou Opção de Resposta correta
1	<p>“Em maio, ele vai receber o Prêmio Doctor Lee Jong Wook, em homenagem a cientistas que se destacaram na área da saúde pública.” (linhas 41-44)</p>	<p>“Ele”, nessa frase, retoma, já no título, a expressão “BRASILEIRO COORDENADOR DE BANCOS DE LEITE MATERNO”, que mostra o foco do texto, isto é, “BRASILEIRO COORDENADOR DE BANCOS DE LEITE MATERNO GANHA PRÊMIO DA OMS”, desenvolvido ao longo da reportagem. A frase “Em maio, ele vai receber o Prêmio Doctor Lee Jong Wook, em homenagem a cientistas que se destacaram na área da saúde pública”, portanto, parafraseia o título, acrescentando-lhe informações específicas, como o nome do prêmio (“Doctor Lee Jong Wook”). O fato que suscitou a reportagem, portanto, foi a premiação recebida.</p> <p>Os fatos expressos nas demais alternativas, embora correlatos, são desdobramentos da ideia principal, de certa maneira justificando o mérito do prêmio (“O pesquisador da Fiocruz coordena uma rede global de bancos de leite materno”, “Há 35 anos, decidiu criar uma rede de bancos de leite humano pelo SUS”, “O Brasil passou a coordenar uma rede global de bancos de leite que já reúne 31 países”), ou a motivação do trabalho do cientista (“Criar lugares onde essa troca fosse possível era o sonho de João Aprígio, pesquisador do Instituto Fernandes Figueira, ligado à Fiocruz, no Rio”).</p>	Indeferido.	A
2	<p>Embora não tenha sido fácil, hoje, são 224 unidades espalhadas pelo Brasil.</p>	<p>Tanto as conjunções coordenativas adversativas (como “mas”) quanto as subordinativas concessivas (como “embora”) exprimem a ideia de contraexpectativa, ou seja, apresentam um resultado contrário ao que era de se esperar.</p> <p>Observemos os enunciados: (1) Estudou muito, <u>mas</u> não passou e (2) <u>Embora</u> tenha estudado muito, não passou. Em ambos, a expectativa (“ter passado”) foi contrariada, o que evidencia o fato de serem enunciados semanticamente correspondentes, com a</p>	Indeferido.	C

		<p>diferença de que, no segundo, por ser introduzido pela concessiva “embora”, já se antecipa que o resultado não será o esperado.</p> <p>O sentido de “Embora não tenha sido fácil, hoje, são 224 unidades espalhadas pelo Brasil” é, portanto, o mesmo de “Não foi fácil, mas, hoje, são 224 unidades espalhadas pelo Brasil”.</p> <p>Nas outras opções, as conjunções e locuções conjuntivas evidenciam outro tipo de relação semântica entre as orações: “por conseguinte” expressa conclusão; “contanto que”, condição; “à medida que”, proporção e “como” (no sentido de “porque”), causa.</p>		
3	Eu acho que o leite materno tem tudo de que o bebê precisa.	<p>A regência é uma relação necessária estabelecida entre duas palavras – a palavra dependente denomina-se regida, e o termo a que ela se subordina, regente. No caso em tela, a relação é de regência verbal, já que é estabelecida pela preposição “de”, associada ao verbo “precisar”, portanto, verbo transitivo indireto.</p> <p>“O qual” manteria a omissão da preposição exigida pelo verbo; em “no qual”, a preposição empregada seria “em”, diferentemente daquilo que o sistema da língua prevê para a regência do verbo “precisar”; “onde”, utilizado como conectivo universal na coloquialidade, não se presta ao registro formal da língua, sendo semanticamente inadmissível nesse enunciado, e “cujo”, pronome relativo, além de estabelecer uma relação de referência a um termo anterior, acrescenta a ideia de posse, que não se observa na frase.</p>	Indeferido.	E
4	comparação.	<p>É nítida a ideia da “comparação” entre “mulheres” e “Janaína”, isto é, mulheres iguais à Janaína, com as mesmas qualidade que Janaína, não se justificando, por conseguinte, nenhuma das opções subsequentes (conformidade, causa, condição ou concessão).</p> <p>A relação de conformidade não pode ser aceita porque o sentido do enunciado não prevê uma ideia de concordância entre os termos “mulheres” e “Janaína”, ou seja, não significa que as mulheres estão <i>de acordo</i> com Janaína, e sim que se assemelham a ela.</p>	Indeferido.	D
5	“ <u>uma</u> rede de bancos de leite humano”.	<p>A anáfora, como mecanismo de coesão textual, recupera, em uma sentença B, um elemento já mencionado, anteriormente, na sequência A, isto é, já constante no</p>	Indeferido.	B

		<p>contexto, ou, ainda, no contexto compartilhado entre os interlocutores. Assim, os artigos definidos são codificações linguísticas anafóricas, mas não os artigos indefinidos, como o “uma” assinalado na alternativa b, pois indicam a introdução de um novo referente ao enunciado. Dessa forma, ressalta-se que os introdutores de novos referentes são sempre representados por artigos indefinidos em expressões nominais, como em “<u>uma</u> rede de bancos de leite humano”.</p> <p>Observemos os seguintes exemplos:</p> <p>(1) Pedi <u>uma</u> cerveja. <u>A</u> cerveja, porém, não veio gelada.  (2) *Pedi <u>uma</u> cerveja. <u>Uma</u> cerveja, porém, não veio gelada.</p> <p>A sequência (1) é bem formada: introduz-se um novo objeto de discurso precedido de artigo indefinido e, ao repeti-lo, é marcado com o artigo definido, anafórico; já a sequência (2) é mal estruturada, e o que explica a sua “agramaticalidade”, segundo António Suarez Abreu (2004, p.14), é exatamente o fato de se usar o artigo indefinido para introduzir uma expressão já conhecida do interlocutor.</p> <p>O comando da questão, bem claro, por sinal, pede que se marque a opção em que o elemento destacado <u>não pode ser considerado anafórico</u>, ou seja, pede-se um elemento que introduz um novo objeto de discurso e não algo já referido (anáfora) ou antecipado (catáfora).</p> <p>As demais opções apresentam respostas incabíveis: em “ligado <u>à</u> Fiocruz”, o acento grave indica a junção de preposição “a” e artigo definido “a”, que determina “Fiocruz” (“Fundação Oswaldo Cruz”), largamente conhecida no contexto da sociedade na qual circula a reportagem, nada tendo a ver com mecanismos de coesão textual; as demais ocorrências são anafóricas: “pesquisador do Instituto Fernandes Figueira” é apostro e retoma, anaforicamente, “João Aprígio”; em “<u>essa</u> troca”, o pronome demonstrativo estabelece a ligação com a parcela anterior do texto, na qual se narra a “troca” entre a mãe de leite e o bebê na UTI que não podia receber leite da própria mãe e, finalmente, “onde”, que, como pronome, no caso, também atua anaforicamente, retomando “lugares”.</p>		
6	Regressiva	A derivação regressiva é um processo de formação de palavras em que de uma forma verbal se derivam apenas substantivos, chamados “deverbais”, com redução do volume fonético do vocábulo derivado (que regride em sua massa fônica, daí o nome	Indeferido.	A

		<p>“regressiva”) em relação ao termo primitivo. Esse substantivo (deverbal) forma-se pela adjunção de uma das três vogais temáticas nominais da Língua Portuguesa, a saber: -a, -e, -o (de trocar &gt; troca; de atacar &gt; ataque; de pular &gt; pulo). Obviamente não se trata de derivação prefixal (adjunção de um prefixo à base), nem de derivação sufixal (adjunção de sufixo à base). Tampouco de derivação imprópria, ou conversão, em que se muda a classe gramatical da palavra formada, <u>sem alteração da estrutura fonética do vocábulo derivado em relação ao primitivo</u>: cf. “jantar” (verbo) / “o jantar” (substantivo); “porque” (conjunção) / “o porquê” (substantivo); “aranha” (substantivo) / “mulher <u>aranha</u>” (adjetivo) e, muito menos, da derivação parassintética, em que se acrescentam, simultaneamente, à base um prefixo e um sufixo.</p>		
7	é impessoal	<p>O comando da questão pede a justificativa de o verbo <i>haver</i> ter sido empregado na 3ª pessoa do singular. Considerando-se a variedade padrão da língua, o verbo <i>haver</i>, no emprego em análise, indicando tempo decorrido em relação à atualidade, é empregado na 3ª pessoa do singular única e exclusivamente por ser impessoal (= não pessoal), ou seja, não se refere a nenhuma pessoa do discurso. Assim, não é flexionado em função de concordância com um sujeito; em outras palavras, não se liga a nenhum sujeito, compondo uma oração sem sujeito. O enunciado, como um todo, pode expressar passado, mas essa não é a razão de o verbo estar no singular, e sim, a sua impessoalidade.</p> <p>Sendo uma oração sem sujeito, não seria possível afirmar que o verbo estaria concordando com um sujeito como na alternativa “concorda com o sujeito”. O verbo <i>haver</i>, nesse emprego, é considerado núcleo do predicado, não podendo, então, funcionar como verbo de ligação, como em um predicado nominal; desse modo, a opção “age como verbo de ligação” também está incorreta. O fato de anteceder numeral não interfere na flexão de número do verbo, sobretudo, por ele estar sendo usado como impessoal, assim, “antecede numeral” também não pode ser considerada correta.</p> <p>Vale acrescentar que o tema de <i>concordância verbal</i> está contemplado no edital.</p>	Indeferido.	E
8	A Organização Mundial da Saúde reconheceu a dedicação do pesquisador brasileiro em promover a amamentação e reduzir a mortalidade infantil.	<p>Na voz ativa, apresenta-se sujeito agente (“A Organização Mundial de Saúde”) e um objeto afetado (“a dedicação do pesquisador brasileiro”), no caso, um sintagma nominal que funciona sintaticamente como objeto direto. <u>Mantém-se, na estrutura ativa, o tempo verbal apresentado na estrutura passiva, no enunciado da questão – o pretérito perfeito do modo indicativo.</u></p> <p>Tal não ocorre em duas das opções que estão na voz ativa, em que se muda o tempo verbal (“reconhece”: presente do indicativo e “reconhecera”: pretérito mais que perfeito do indicativo). Há duas opções em que se mantém a voz passiva, utilizando-se</p>	Indeferido.	C

		de tempos verbais diferentes da frase em análise e estando, conseqüentemente, erradas, já que o comando da questão pede que o enunciado seja transposto para a voz ativa. (“A dedicação do pesquisador brasileiro em promover a amamentação e reduzir a mortalidade infantil <u>deverá ser reconhecida</u> pela Organização Mundial da Saúde”; “A dedicação do pesquisador brasileiro em promover a amamentação e reduzir a mortalidade infantil <u>fora reconhecida</u> pela Organização Mundial da Saúde”).		
9	metáfora de “uma resistencia molle, suave, de algodão em rama”. (linha 12-13)	<p>A metáfora, como associação semântica no nível paradigmático em que se aproximam termos de domínios conceptuais distintos (Gramática Houaiss da Língua Portuguesa) em função de alguma semelhança, deve ser evitada em gêneros textuais formais, que exigem uma linguagem direta, clara e objetiva. No relatório do então Prefeito Graciliano Ramos, a expressão “uma resistencia molle, suave, de algodão em rama” é metafórica e expõe a inexpressiva resistência em relação à má administração encontrada por ele na Prefeitura de Palmeiras dos Índios, considerada “molle” e comparável à suavidade de um algodão.</p> <p>O pleonasma (ou redundância), quase sempre, é considerado também inadequado em textos formais, mas ele não constitui a expressão “Dos funcionarios que encontrei em Janeiro do anno passado restam poucos”, nesse caso, o que se observa é a figura de linguagem denominada “hipérbato” (inversão). A paráfrase (ou modo diverso de expressar algo já dito) não é desabonada em textos formais e, além disso, não está contemplada em “Cada pedaço do Municipio tinha a sua administração particular”. O paradoxo (contrassenso ou contradição) pode ser usado sem prejuízo da clareza, mas, na expressão “encontrei obstaculos dentro da Prefeitura e fóra dela”, a figura que se faz presente é a antítese (oposição entre palavras ou ideias). Por fim, a metonímia (substituição de um termo por outro, em virtude da contiguidade das ideias que expressam) não constitui a expressão “Os fiscaes, esses, resolviam questões de policia e advogavam” e seu uso em textos formais não implica necessariamente prejuízo da clareza e da objetividade.</p>	Indeferido.	D
10	obliqua (linha 14) – oblíqua.	Na opção a, “fóra (linha 11) – fora”, houve um erro de digitação na palavra “fora”, que, na versão original da prova, estava grafada com acento, “fóra”, caracterizando erro. Por causa desse erro, a questão passou a ter duas respostas corretas: a A e a B.	Deferido.	Anulada.
11	concorda com o sujeito simples posposto “uns”.	Na frase “Pensavam uns que tudo ia bem nas mãos de Nosso Senhor”, observa-se a inversão da ordem canônica sujeito – predicado, pois o sujeito “uns” ao qual se refere a forma verbal “pensavam” vem posposto a ela. Corrobora-se essa relação entre verbo e sujeito com a concordância verbal.	Indeferido.	A

		<p>“Pensavam”, forma verbal, não retomaria, em um movimento anafórico, um termo anteriormente expresso; além disso, a menção vaga a “uns” que “pensavam” determinada ideia não inclui necessariamente os “inúmeros prefeitos” do parágrafo anterior, nem, pelos mesmos motivos, anteciparia “dos funcionários”, termo que aparece efetivamente no parágrafo posterior. Embora a forma verbal em questão apresente-se na 3ª pessoa do plural, como pode acontecer nos casos de sujeito indeterminado, nesse caso, há um sujeito expresso por “uns”, o que o faz ser classificado como simples, ainda que vago. Também não é possível classificar o sujeito ao qual se refere essa forma verbal como oculto, pois há, com “uns”, o preenchimento do argumento exigido pelo verbo.</p>		
12	<p>ênfatisar que a autorização para provimento de cargos de docentes e técnico-administrativos está condicionada à promulgação e publicação da Lei Orçamentária Anual.</p>	<p>O ofício-circular em questão trata de uma Portaria anteriormente divulgada e, portanto, de conhecimento de todos, ênfatisando-se, como comprova a expressão “vimos lembrar”, que “os limites de provimento” ainda seriam divulgados pela Secretaria após a promulgação e publicação da Lei Orçamentária Anual de 2020.</p> <p>A opção “comunicar que não haverá contratação de docentes e técnicos a partir de 2020 por causa de restrição estabelecida na Lei Orçamentária Anual” é falsa em relação àquilo que o ofício informa: não se disse ou se subentendeu que não haverá contratação; portanto, está errada. “Cumprimentar os dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior pela atenção costumeira acerca das determinações do MEC” é apenas formalidade e um dos componentes do ofício. Embora a mencionada Portaria tenha sido publicada em agosto de 2019, “comunicar a nulidade das contratações de docentes e servidores técnico-administrativos efetuadas desde agosto de 2019” não se mostra como objetivo, nem como conteúdo verdadeiro, já que a mencionada nulidade das contratações diria respeito apenas àquelas possivelmente realizadas no exercício de 2020. Por fim, o objetivo não seria “divulgar o conteúdo da Lei Orçamentária Anual de 2020 para a convocação oportuna de docentes e servidores técnico-administrativos”, pois, no momento de expedição do ofício, essa Lei ainda não havia sido publicada (“os limites”... serão divulgados...após a promulgação e publicação da Lei Orçamentária Anual para 2020”).</p>	Indeferido.	B
13	2 e 3	<p>De acordo com as orientações da Superintendência de Documentação da UFF (<a href="http://www.uff.br/sites/default/files/sites/default/files/imagens-das-noticias/modelo_oficio_uff_orientacoes.pdf">http://www.uff.br/sites/default/files/sites/default/files/imagens-das-noticias/modelo_oficio_uff_orientacoes.pdf</a>):</p> <p>“I – nos casos em que não seja usado para encaminhamento de documentos, o expediente deve conter a seguinte estrutura: a) Introdução: em que é apresentado o</p>	Indeferido.	C

		<p>objetivo da comunicação. Evite o uso das formas: Tenho a honra de, Tenho o prazer de, Cumpre-me informar que. Prefira empregar a forma direta: Informo, Solicito, Comunico; b) Desenvolvimento: em que o assunto é detalhado; se o texto contiver mais de uma ideia sobre o assunto, elas devem ser tratadas em parágrafos distintos, o que confere maior clareza à exposição; e c) Conclusão: em que é afirmada a posição sobre o assunto.”</p> <p>No caso em análise, no primeiro parágrafo, encontra-se o objetivo da comunicação (“vimos lembrar que...os limites...serão divulgados...”). Nos parágrafos 2 e 3, que correspondem ao desenvolvimento, explica-se pormenorizadamente esse objetivo, não só com a reiteração sobre a não autorização, até aquela data, para novas contratações (2º parágrafo), como também sobre a nulidade de possíveis contratações que desobedeçam ao art. 21 da Lei Complementar 101. No último parágrafo, a conclusão é marcada com a expressão “diante do exposto”, mais uma vez, salientando a determinação daquela Secretaria.</p> <p>Assim, a resposta 1, 2 e 3 deve ser considerada incorreta, pois inclui o parágrafo de introdução (1); também está errada a opção 2, 3 e 4, pois inclui a conclusão (4); a opção 3 e 4 desconsidera parte do desenvolvimento e inclui a conclusão e a opção 1 e 4 exclui justamente o desenvolvimento.</p>		
14	o pronome oblíquo retoma o vocativo	<p>O pronome oblíquo “os” refere-se ao interlocutor daquela comunicação, isto é, à 2ª pessoa do discurso, em uma atitude alocutiva, retomando, portanto, o vocativo “senhores dirigentes”.</p> <p>O gerúndio indica uma ação concomitante à outra, e não uma possível anterioridade, como afirma a opção “o gerúndio indica uma ação anterior à outra, tema do ofício”. O advérbio “cordialmente” é considerado bastante formal, não podendo, portanto, expressar coloquialidade, como afirma a opção “o advérbio expressa coloquialidade”. O hífen foi empregado para unir o pronome ao verbo, o que torna incorreta a afirmação “o hífen foi empregado por causa da repetição da vogal ‘o’”. A ênclise em “cumprimentando-os” é obrigatória, para se evitar a colocação do pronome oblíquo em posição inicial, o que torna errada a alternativa “a ênclise é opcional, dado o gênero ofício”.</p>	Indeferido.	D
15	pela antecipação da oração adverbial concessiva para o início do período e intercalação do adjunto adverbial de tempo	<p>A inversão sintática de termos móveis, como os adjuntos adverbiais, deve ser marcada por vírgulas, como ocorreu com os termos “embora seja do conhecimento de todos” (oração adverbial concessiva) e “até a presente data” (adjunto adverbial de tempo).</p>	Indeferido.	E

entre o predicado e o sujeito da quarta oração.

O período é composto por quatro orações: 1ª “Embora seja do conhecimento de todos” (subordinada adverbial concessiva) / 2ª “cumpre-nos” (principal em relação à 1ª e à 2ª orações / 3ª “reiterar” (subordinada substantiva subjetiva, reduzida de infinitivo) / 4ª “que não estão autorizados, até a presente data, provimentos de cargos de docentes e técnicos nas universidades federais para o ano de 2020.” (subordinada substantiva objetiva direta), evidenciando, portanto, que não se verifica o processo sintático de coordenação.

Assim, a alternativa “pela divisão do período em quatro orações, sendo a segunda a principal e as demais, subordinadas a ela” está incorreta, pois a divisão do período não se dá pela utilização de vírgulas (haja vista que, por exemplo, a oração iniciada por “que” se junta à anterior sem a presença de uma vírgula). A alternativa “pela inversão dos termos da oração, tendo sido colocado o sujeito em posição final e o predicado, fragmentado em três partes, na posição inicial” também está incorreta, pois a estrutura sujeito + predicado não corresponde ao período em questão. Também se revela incorreta a opção “pela coordenação das três orações e topicalização do adjunto adverbial condicional ‘até a presente data’”, pois não se observa o processo de coordenação no período, nem se classifica como “condicional” o adjunto adverbial mencionado, que não está topicalizado. Por fim, a opção “pelo emprego da voz passiva analítica, influenciando a posposição do sujeito paciente ‘provimentos de cargos de docentes e técnicos’” também não é verdadeira, primeiro, por não haver voz passiva, segundo, porque a posposição do sujeito não justifica o emprego de vírgulas – aliás, impede sua utilização.